



**ACÓRDÃO Nº902/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11847/2021.**

**Apensos:** Processo nº 13682/2021.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Uarini.

**4- Exercício:** 2020.

**5- Responsável:** Marcelo Marreira Barbosa (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199, Ana Cláudia Soares Viana - OAB/AM 17319, Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416 e Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177

**7- Unidade Técnica:** DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5312/2021-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Uarini. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.  
Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Uarini, exercício de 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Marcelo Marreira Barbosa**, na condição de Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, III, alínea "b", e 25, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96 c/c o art.190, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;

**10.2. Aplicar multa** ao **Sr. Marcelo Marreira Barbosa** no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), na forma prevista no art. 54, VI, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, relativa às restrições 2 a 8 e 11 a 14, constantes na Notificação nº 01/2020-CIDICAMI, não sanadas, e fixar prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do



**ACÓRDÃO Nº902/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar multa ao Sr. Marcelo Marreira Barbosa** no valor de **R\$1.706,80** (um mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), em virtude do envio fora do prazo estabelecido no art. 63, II, "b", da LRF c/c art. 32, II, "h", da Lei Estadual nº 2423/96 c/c Resolução TCE/AM 15/2013 e art. 18 da Resolução nº 24/2013, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º semestre de 2020, nos termos do artigo 54, I, "c", da Lei nº 2423/96, alterado pela LC nº 204/2020, c/c art. 308, inciso I, "c", da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, e fixar prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



**ACÓRDÃO Nº902/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.4. Recomendar** à Câmara Municipal de Uarini:

**10.4.1.** A devida observância da legislação, sobretudo, quanto à remessa/apresentação da documentação tratada nos autos;

**10.4.2.** Alimente o Sistema GEFIS integralmente e de forma tempestiva, observando rigorosamente os prazos de envio dos relatórios estabelecidos pela LRF;

**10.4.3.** Providencie a atualização do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Uarini de acordo com art. 48, *caput*, da Lei Complementar 101/2000, com redação a Lei Complementar n.º 131/09;

**10.4.4.** Implante mecanismos no sentido de cumprir os prazos de remessas dos informes periódicos via Portal E-Contas a este Tribunal, conforme estabelece o art. 3º da Resolução TCE nº 13/2015, assim como às Decisões Administrativas do Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Contas relativas a prazos de envios dos referidos informes periódicos;

**10.4.5.** Observe e cumpra as normas aplicáveis na gestão pública a fim de evitar as mesmas irregularidades, seja na gestão atual ou nas futuras;

**10.4.6.** Observe ao que determina o art. 94 da Lei n.º 4.320/64, relativo aos bens de caráter permanente do referido poder municipal, com o devido número de tomo, número da nota fiscal, data da aquisição, valor, identificação, localização e responsáveis pela guarda e administração, de preferência de forma eletrônica;

**10.4.7.** Mantenha disponibilizada as Contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, durante todo o exercício, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, conforme determina o art. 49 da lei Complementar nº 101/2000.

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao Sr. **Marcelo Marreira Barbosa** acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

**10.6. Arquivar** os autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.



**ACÓRDÃO Nº902/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 9 de maio de 2023.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral